

Economia = Brasil

No Brasil há uma grande polémica em torno de copiar caminhos estrangeiros ou buscar um desenvolvimento endógeno.

Eu acho que esse é o tema central para qualquer pessoa que trabalhe em desenvolvimento

O Japão é um país que tem adotado, quase que obsessivamente, a cópia de caminhos estrangeiros com grande sucesso. Por que será?

Eu contesto isso. Não creio que o Japão seja, necessariamente, uma história de sucesso. E por várias razões: uma, o custo que representou, para a Humanidade, o desenvolvimento japonês com as guerras — que não devem ser tiradas fora da conta; o custo que representou a guerra para o Japão, e para o povo japonês. Ou seja, não é um desenvolvimento facilmente aceitável como modelo. Segundo, eu acho que é extremamente difícil medir o estado de bem-estar, o nível de vida, mas eu diria que o Japão que deu um salto fenomenal, deve ser um dos países que têm o padrão de vida mais baixo para o seu nível de renda, porque continua a investir uma parte enorme da sua renda. Portanto, não estou certo se todo mundo aceitaria esse tipo de situação.

Tem mais duas razões. A terceira é que o país é extremamente vulnerável a situações de conflito internacional. É extremamente vulnerável no plano ecológico, e isso não é culpa deles. Finalmente, eles próprios — quando a gente lê os estudos dos colegas japoneses — contestam o modelo japonês que o mundo está discutindo. Eles são os primeiros a dizer que esse modelo se está esgotando.

Eles são críticos do seu próprio modelo?

Eles são muito mais críticos, fazem um trabalho extremamente sério. Tenho lido livros japoneses publicados pela Universidade Internacional de Tóquio, de economistas japoneses, que se estão dando conta perfeitamente de que é preciso procurar novas soluções. Ou seja, com todo o meu respeito pelo trabalho deles, eles não se projetam como modelo, eles se consideram como também a procura. Esse negócio de que eles copiaram tudo, etc., é muito exagerado.

Agora, quando se fala de modelo endógeno não se trata de fechar os olhos a que está acontecendo fora, ao contrário. Todo o problema está numa palavra: seletividade.

Como selecionar?

Como selecionar o que se importa. Olha, toda política científica, por grande que seja o país, tem sempre três componentes: há "caixas negras" que a gente compra e tem de continuar a comprar, porque não pode abrir tudo ao mesmo tempo; há coisas que compra e se adapta; e há áreas onde desenvolver esforço próprio. O problema é o de ter uma política na qual se decide onde usar as "caixas negras", onde usar a adaptação e onde concentrar o esforço próprio do país. Isso é ser endógeno em função dos objetivos, dos valores culturais, dos recursos naturais, do grau de adiantamento ou de atraso. A gente tem de ter essa capacidade de pensar. Isso é verdadeiro no comércio mundial, isso é verdadeiro na tecnologia e isso é verdadeiro nas relações entre a economia local, a economia regional e a economia nacional também. Um dos efeitos perversos do tamanho do Brasil — há outros que não são perversos — é que tudo viaja do Norte ao Sul e do Sul ao Norte. Em Manaus se come alface paulista, e eu conheço serrarias, no Sul do País, que trabalham hoje com toras de madeira que vêm da Amazônia. Isso não dá pé num país que tem problemas de energia. Ou seja, a gente tem de aprender a pensar...

Como é que o sr. focaliza a crise estrutural que nós estamos vivendo nos últimos dez anos? Qual foi o equívoco de seletividade que ocorreu?

A crise energética foi um acidente de percurso. Em realidade, primeiro, tivemos o problema da interdependência. Como todas as palavras desse tipo, cada pessoa que a utiliza põe um conteúdo ligeiro ou inteiramente diferente. Estamos falando do quê? Do fato óbvio que é esse intercâmbio; é claro que estamos intercambiando mercadorias. O Brasil, hoje, se desentomamos o petróleo, importa muito pouco. Agora, eu acho que é completamente falso tentar analisar a importância do intercâmbio a partir do seu peso estatístico. Eu escrevi um livro sobre o que chamei de "as economias sensíveis à importação", no qual tomei quase que a posição contrária, dizendo: "Quando um país tem pouco comércio exterior há todas as chances que o pouco de comércio exterior que ele tem seja absolutamente essencial ao funcionamento da sua economia". O problema não é se eu tenho 3, 10 ou 20% de importação; o problema é saber se as importações correspondem a prioridades reais da economia.

Se são essenciais ou não.

Se são essenciais ou não. Isso quanto ao intercâmbio econômico. Mas a interdependência, a meu ver, não trata só da economia no sentido de relações mercantis. Ela trata de relações financeiras e ela trata de relações culturais, no sentido lato da palavra. O que não resta nenhuma dúvida é que a interdependência cultural do mundo aumentou enormemente. Nesse sentido, somos uma aldeia mundial; somos uma aldeia mundial porque as informações, os modelos, os figurinos, etc, circulam através do mundo inteiro e o fato de que haja aí uma assimetria é extremamente grave.

Assimetria?

Assimetria sim, porque esses figurinos não circulam do Sul para o Norte. Existe um livro de Gilberto Freyre sobre a hispanidade em que meio por piada e meio sério ele diz que durante dois séculos ou mais sempre se acusou o brasileiro latino-americano de não saber o que é *time is money*, de não dar valor ao tempo, etc. Mas diz o mestre Gilberto Freyre, que estou citando de memória: "Agora que o Norte está descobrindo o lazer, eles terão de olhar para o Sul e reaprender a viver". Por trás dessa *boutade* tem uma coisa extremamente séria: acostumamo-nos, nesse negócio de interdependência, a considerar que o que é o modelo americano ou o que é modelo da Europa Ocidental tem de ser o modelo do Sul. Agora temos a desproporção entre a interdependência financeira e a interdependência econômica. Eu, pessoalmente, estaria inclinado a ver nisso o fenômeno novo que ocorreu, senão nos últimos dez, nos últimos 20 anos. O que aconteceu com a economia brasileira? Não é uma abertura sensacional a nível de intercâmbio de mercadorias, mas é uma dependência fantástica a nível financeiro que não corresponde a uma realidade econômica.

Essa é a chave da crise?

Essa é a chave da crise.

O nível de transações financeiras não corresponde ao nível de transações econômicas?

Exatamente. Mas isso nos leva também ao centro do problema da saída da crise. Só haverá saída da crise se se reconhecer essa

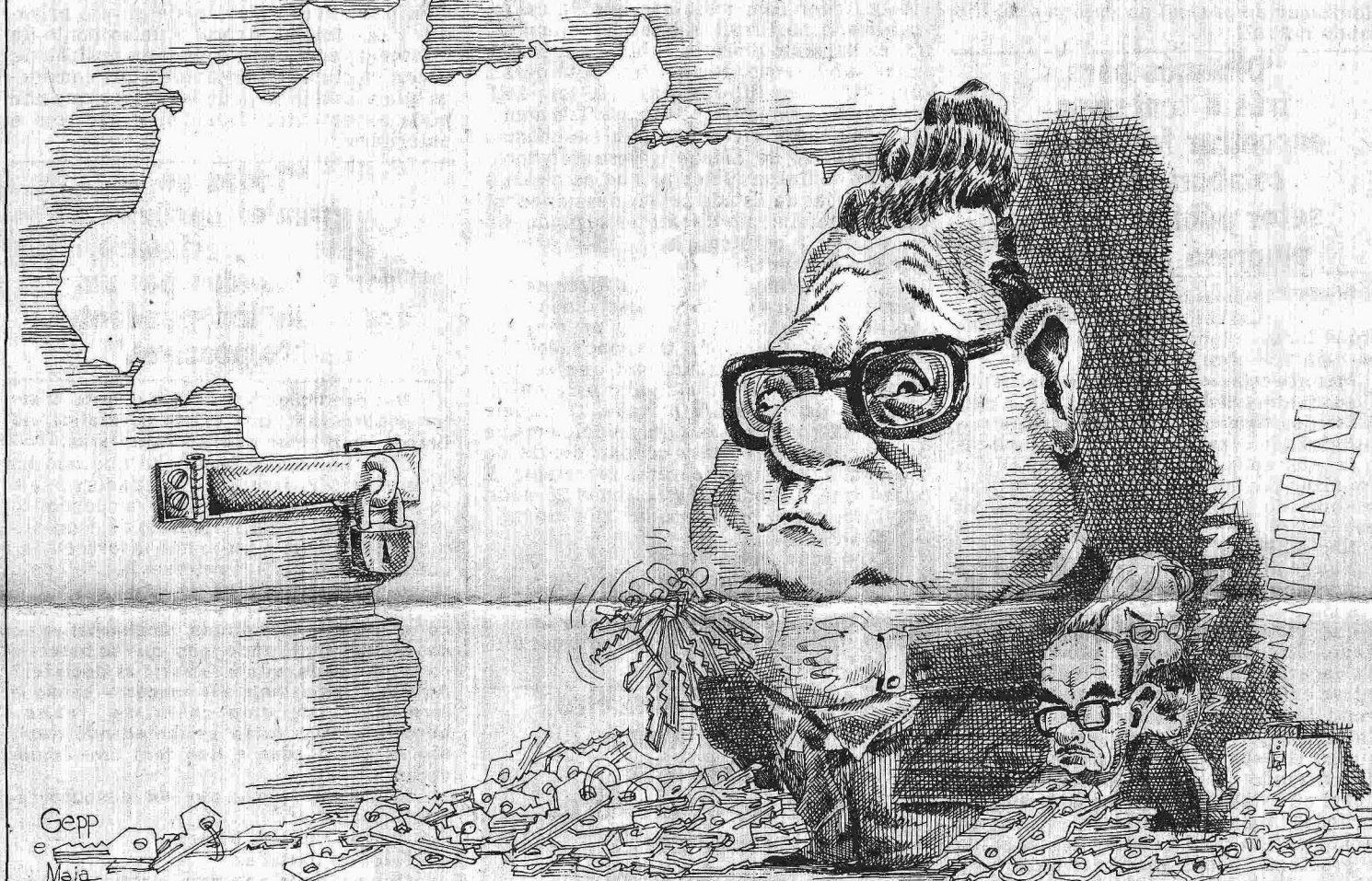
A CHAVE DA CRISE

(As perspectivas do Brasil, na visão de um especialista em desenvolvimento.)

O Brasil conseguirá escapar da crise atual e retomar o crescimento econômico? Há uma saída para os países devedores do Terceiro Mundo? O economista Ignacy Sachs, polonês que viveu e estudou muitos anos no Brasil e hoje é diretor de estudos na "École des Hautes Études en Sciences Sociales", na França, tem respostas otimistas para essas questões, mas adverte que, para encontrarmos a saída, serão necessárias correções

no curso e nas opções de nosso desenvolvimento econômico. Especialista em alternativas do desenvolvimento, o professor Sachs também estudou e viveu na Índia e, em novembro de 1983, publicou o relatório da comissão que presidiu em Paris sobre o Impasse Norte-Sul, em que aponta saídas para o Terceiro Mundo. Sachs veio ao Brasil para um simpósio na Universidade de Brasília sobre Ecossistemas (um de seus assuntos preferidos), Energia e Alimentos e

reuniões no Instituto de Desenvolvimento Integrado da Amazônia, cujos recursos e dinâmica está estudando. Conhecedor da História e da Cultura brasileiras, seu interesse atual refere-se à pesquisa das nossas fronteiras internas e do "desenvolvimento endógeno" entre nós. Discute aqui a crise, a política, o Estado brasileiro e seu futuro, em entrevista a Reinaldo Lobo e Marco Antônio Rocha.



desproporção e se se adaptar o problema da dívida às possibilidades de comércio e não o contrário. Ou seja, a crise tem três elementos interconectados: os termos de intercâmbio, onde o Brasil sofreu uma violenta deterioração, desde 77; o custo absolutamente inconcebível, em termos reais, do dinheiro; e a falta de acesso aos mercados. Se não se discutir as três coisas juntas não pode haver saída dessa crise. Esse é um problema que nós faríamos melhor — agora eu falo de nós, que representamos o Norte — ao reconhecer como ponto de partida: só vai haver pagamento da dívida se nós aceitarmos uma balança comercial deficitária com os que pagam. Isso é um truismo.

O sr. acredita que nós já estamos saindo da crise internacional?

Não, não acredito que tenhamos, ainda, começado a refletir sobre ela. Vamos ver as conclusões do nosso grupo: a) a crise é mais séria do que se pensa, sobretudo é mais séria do que tende a pensar a opinião pública dos países do Norte. Ela não está sensibilizada para as dimensões do drama humano que ocorre nos países do Sul; b) essa crise é uma crise extremamente complexa, porque o epicentro da crise veio a ser a América Latina e o epicentro do epicentro são as grandes aglomerações urbanas. Realmente, a crise afetou mais seriamente, por exemplo, um lugar como São Paulo, que é mais industrializado e mais avançado que o resto do País e do Continente; ou seja, não é uma crise que só afetou as massas camponesas. O que não significa que não haja outra vertente da crise: os países que nós



Sachs: negociação política.

estamos esquecendo no debate. Porque todo o mundo está tão preocupado com a dívida do Brasil, do México, da Argentina e da Venezuela que se esquece que, nessa crise, os que nem tiveram a sorte e a possibilidade de se endividar são os mais prejudicados, porque não se endividaram, enquanto os outros se endividavam e agora estão sendo penalizados, junto com os outros, por causa da crise.

Portanto, estamos com essas duas vertentes da crise. Terceira: os organismos internacionais não estão dando conta. O sistema de Bretton Woods está vivendo os seus últimos dias — o que não significa que nós saibamos dizer, com certeza, como substituí-lo. Daí surgiu a conclusão essencial do informe do nosso grupo de trabalho, a sa-

ber: o que é necessário agora, imediatamente, é um enorme esforço de co-reflexão. Nós não temos soluções prontas nem deveríamos tê-las. A solução só pode surgir de um diálogo honesto e difícil entre o Norte e o Sul, um diálogo que não é unicamente político nem é unicamente um diálogo técnico. Há as duas escapatórias: os políticos jogam com os técnicos, e os técnicos dizem que é um problema dos políticos. E um problema comum dos políticos e dos técnicos. Não há soluções fáceis à vista, mas precisamente porque não há soluções fáceis à vista, não há tempo a perder; temos de começar a pensar. Última conclusão do relatório: quer nos pareça que a França, por uma série de considerações históricas, culturais e políticas, estaria bem colocada para favorecer um diálogo entre os países do Terceiro Mundo e os países europeus.

Como o sr. disse, a crise é muito mais profunda do que se imaginava. O sr. parece pensar que a revolução urbana acabou...

A revolução urbana acabou num certo sentido.

Isso significa o quê? A decadência dos países industrializados?

Não, não. Isso significa simplesmente que, se a gente pegar as projeções para o fim do século, vamos estar com vários bilhões de cidadãos urbanos a mais, cujas necessidades não poderão ser atendidas pelos métodos que conhecemos.

Então essa civilização está em xeque.

Ela está. Por natureza, eu não sou catastrofista. Eu quero evitar que me ponham numa situação onde vão dizer: outro clube de Roma, outra vez os limites do crescimento. Ao contrário. Eu acho que não é o caso de sentar e chorar; é o caso de dar-se conta da magnitude dos problemas. Todo o meu esforço sobre o Brasil, em realidade, é uma tentativa de responder como foi que — contrariamente a toda uma teoria que dizia que na periferia o crescimento não era possível — surgiu um fenômeno no qual os 14 milhões de brasileiros de 1890 serão 140 milhões em 1990, por alto; ou seja, a população terá decuplicado, a população urbana — não sei — multiplicado por 50 e o custo social e o custo ecológico disso é tremendo. Pode-se pensar se não haveria caminhos menos custosos para isso. Mas, provavelmente, é a maior transformação social que ocorreu na história da Humanidade. Por isso não tenho nenhuma razão para dizer que não vão ocorrer outras transformações. Mas não tenho, tampouco, nenhuma razão para cair no otimismo tecnológico fácil, do tipo Hermann Kahn, etc., dizendo que de qualquer maneira o mundo se arranjara porque até hoje ele sempre se arranjou. Não sei se se arranjara ou não. Eu acho falso todo esse debate. O que me interessa é dar-me conta da escala dos problemas. A escala dos problemas eu vou resumir dando um exemplo. Houve um estudo extremamente preciso, minucioso, dos fluxos energéticos da cidade de Hongcong. Bem, a cidade de Hongcong não é particularmente voraz em energia, entre outras coisas porque está situada num clima quente e não necessita de calefação. Mas se os habitantes do planeta tiverem, no final do século, a mesma taxa média de consumo energético que os habitantes atuais de Hongcong não vai sobrar energia, no mundo, para muito mais. Quer dizer, é evidente que esse acréscimo da população urbana terrestre não poderá gozar dos padrões energéticos da cidade de Hongcong. O que nos leva a colocar como uma das saídas da crise o problema de uma economia totalmente diferente de recursos naturais e, sobretudo, coloca no centro da preocupação a luta contra o desperdício.

O sr. disse antes que a opinião pública do Norte não compreende bem a natureza e a profundidade da crise. Conhecendo os países do Sul, como o sr. conhece, o sr. acha que a opinião pública do Sul tem uma compreensão melhor da natureza da crise e da profundidade dela?

Pelo menos uma grande parte da inteligência brasileira está convencida, hoje — sem entrar no problema da semântica — de que de uma forma ou de outra a moratória é necessária. O Norte não se dá conta disso, ainda; sobretudo o Norte não se dá conta, absolutamente, do fato de que a saída da crise vai implicar um ajustamento das economias do Norte. Se nós queremos ter de volta uma parte do que o Sul nos deve, nós devemos acomodar as exportações do Sul na nossa economia. E isso implicará um esforço de ajustamento que não se fará pelo jogo simples do mercado; implica planeamento.

Essa inteligência do Sul, inclusive do Brasil, o sr. não acha que ainda encara a crise como uma conspiração do Norte contra o Sul quando a situação atual do mundo já não admite mais esse tipo de abordagem?

Eu acho que esse não é um bom tema para discutir, porque a gente teria de entrar numa qualificação dos diferentes grupos, atitudes, etc. Conspiração consciente, é evidente, é exagero; agora, segundas intenções mais ou menos ocultas, por trás do que está ocorrendo no Norte, existem. Eu estou surpreso de ver como se reage pouco, pelo que leio na imprensa brasileira, os balões-de-ensaio que estão sendo lançados, por exemplo, nos Estados Unidos, a respeito de idéias como a de liquidar uma boa parte da dívida vendendo a Vale do Rio Doce ou coisas desse tipo. Eu vi aqui os anos 50 e vivi a época do petróleo e nosso. Eu vejo, ao contrário, que a opinião pública brasileira está muito pouco sensível a isso.

Mas, talvez, esse balão-de-ensaio soe tão absurdo, tão despropositado, que ninguém leva a sério isso...

Olha, quando a *Fortune* escreve e a *Business Week* repete eu tomara mais a sério.

Bom, tanto a Fortune como a Business Week já deram numerosas demonstrações de que não conhecem nada a respeito do Brasil.

Pessoalmente estou de acordo.

Então, se a gente meditar cinco minutos, por exemplo, na reação que haveria, apenas no aparelho militar do Brasil, a qualquer tentativa de vender, por exemplo, a Petrobrás para multinacionais ou coisa que o valha, nós, como brasileiros que conhecemos este país, já ficamos absolutamente serenos a esse respeito, porque sabemos que é um balão-de-ensaio inteiramente inviável.

Sim. Mas o que dói, o que é lamentável é que não haja outros balões-de-ensaio, do tipo alternativas reais para resolver o problema da dívida.

Isso é importante, professor. Fariamos a seguinte colocação: tanto de um lado quanto do outro, tanto do lado do Sul, quanto do lado do Norte, as soluções que estão sendo propostas não estão a nível da gravidade do problema. Por exemplo, a solução da moratória é tão grave para os devedores quanto para os credores.

E a moratória não é solução, a moratória é o primeiro passo para uma solução. E ela só faz sentido se entra dentro de um "pacote" no qual se diz: "Continuar a pagar como estamos, não podemos".

O mundo vive cheio de assimetrias. Uma outra assimetria incrível é que os credores tenham achado perfeitamente viável a idéia de que as taxas de juros sejam variáveis e acham totalmente inaceitável que o ritmo de pagamento seja também flexível. Eu acho que o ritmo de pagamento da dívida deve ser condicionado pelo acréscimo das exportações. Eu digo bem o acréscimo das exportações e não o saldo da balança de pagamentos, porque o saldo da balança de pagamentos, que se obtém através de um corte excessivo de importações, é um suicídio, enquanto um saldo de balança de pagamentos que se obtém através de exportações adicionais é outra coisa. Outra coisa: o saldo só não é um critério suficiente; se o saldo se obtém através de um sacrifício de preços terrível não resolve o problema. Então tem o problema do ritmo de acréscimo de exportações e, portanto, de acesso aos mercados, tem o problema de preços e, portanto, dos termos de troca, e, finalmente, tem o problema de uma auto-limitação voluntária, por parte dos credores, da taxa real de juros. Porque nesse mundo cheio de inflação e de juros flexíveis finalmente chegamos a taxas de juros reais completamente aberrantes com relação à tendência histórica. Podemos chegar à conclusão de que a taxa de juros pode ser de 3% ao ano, a real. E já é muito.

Só abrindo parênteses. Tem um professor da Universidade de São Paulo, o professor Stefan Kanitz, que já desenvolveu — muito bem aliás — uma sugestão, uma proposta, uma idéia de pagamento, por parte



jornal da tarde

O SEU CADERNO DE PROGRAMAS E LEITURAS



dos países devedores, no qual a taxa de juro real seria fixa e as amortizações seriam fluídas, de acordo com a inflação dos países credores.

— Eu acho que, provavelmente, a gente poderia chegar a fórmulas ainda mais complexas que essa e pode-se imaginar toda uma gama de fórmulas. O que importa é dizer claramente que se tem de negociar todas essas coisas ao mesmo tempo; isso é a primeira coisa. A segunda coisa: eu estou cem por cento de acordo com o Raul Prebisch quando ele disse, logo depois da vitória do Alfonsín, que “essa é uma negociação política por excelência”. Essa negociação não pode ser levada com 450 grandes e 4.543 pequenos bancos; ela tem de ser levada a nível político. Se então definimos o campo de discussão e definimos os parceiros, estamos definindo, como se diz ao se distribuir cartas, uma nova rodada. Seria necessário também que os países devedores definissem, da mesma forma, o problema da sua atitude diante da dívida externa paralelamente à sua atitude frente à sua dívida social; ou seja, como esse ritmo de pagamento da dívida externa será compatibilizado com uma política interna que vai a uma série de objetivos sociais definidos.

Professor, o sr. não acha que esse impasse Norte-Sul, em que nós nos encontramos, é, em larga medida, alimentado, de certa maneira, pelo impasse Leste-Oeste? Por exemplo: vamos imaginar que o governo norte-americano estivesse disposto, com a maior boa vontade possível, a entabular uma negociação com o governo argentino ou com o governo brasileiro a respeito de uma solução definitiva para o problema da dívida entre os dois países e que essa solução implicasse um apoio financeiro do governo dos Estados Unidos a esse país e uma abertura de mercados, durante um largo período. Ao mesmo tempo, o governo americano tem de ter uma perspectiva política do rumo político daquele país, porque se aquele país tende para um regime de estilo comunista evidentemente que ele não pode estar fazendo essa negociação. Então, ao mesmo tempo que é uma negociação entre o Norte e o Sul, ela fica sempre referida a uma polarização Leste-Oeste.

Olha, mesmo que fosse — embora eu não esteja totalmente persuadido disso —, aí então os Estados Unidos deveriam dar todo o apoio financeiro à América Latina para que ela saia depressa da crise. Ou seja, fazer exatamente o contrário do que está fazendo, se a premissa fosse aceitável. Eu acho que as coisas são mais complexas. Evidentemente que não se pode esquecer que há um problema Leste-Oeste. Mas acho que sabemos, hoje, que as dinâmicas do desenvolvimento social e político dos países são muito mais complexas do que implicaria essa idéia quase mecânica de blocos. De qualquer maneira, o importante para nós, do Norte, é perceber que nós temos de mudar se queremos acomodar o intercâmbio econômico com os países do Sul e perceber também que, se nós não acomodarmos os interesses dos países do Sul, vamos pagar um preço alto, é lógico.

E nós, do Sul, em que teríamos de mudar também?

Eu acho que é suficiente abrir qualquer jornal ou revista brasileira para dar-se conta de que um certo modelo se esgotou e que tem de se procurar o máximo de consenso nacional ao redor de um outro modelo, um modelo que seja menos custoso socialmente e, eu acrescentaria, menos custoso ecologicamente.

Quer dizer, nós deveríamos deixar de fazer programas nucleares e fazer coisas mais...

Bem, o programa nuclear já praticamente deixaram de lado.

Mas é um exemplo. Não vamos, assim, malhar em cima de cavalo morto. Mas há tantos outros problemas! Eu acho que, centralmente, o problema é que a preocupação social, retoricamente presente em todos os modelos e todas as políticas, esteve pouco presente, senão ausente, na época do “milagre”; ou seja, o custo social do crescimento brasileiro tem sido enorme.

E não tem sido devidamente qualificado. O custo ecológico, no sentido de destruição de certos recursos, etc., também. A gente tem de partir para um sistema muito mais consciente dessas dimensões. Também eu acho que o que pesou muito, no Brasil, foi a idéia do gigantismo, foi o gigantismo, ao mesmo tempo que se deixou de tratar de uma multidão de coisas pequenas, cuja soma é enorme.

Agora, esse gigantismo, em parte, é o resultado da presença crescente do Estado na economia e das empresas estatais emergentes.

— Aí eu tenho uma profunda divergência com o “Estado”, com o jornal O Estado. Com toda franqueza. Eu acho que, no balanço do que aconteceu no Brasil desde a Segunda Guerra Mundial, as coisas mais positivas, apesar de tudo, aconteceram nas estatais. Finalmente, a única história positiva dos últimos anos é a da Petrobrás.

Mas a minha pergunta é a seguinte: será que a alternativa para o desenvolvimento que os países do Sul têm, neste momento em que nós estamos vivendo o impasse Norte-Sul, a única alternativa é o crescimento do setor público da economia e o fortalecimento e a centralização do Estado, frequentemente autoritário?

Primeiro, já aí tem quatro problemas diferentes: o Estado pode ser autoritário e pode ser democrático; o setor público, o que faltou, evidentemente, no Brasil, como a maioria dos países do mundo, foi o controle social sobre o setor público. O que nós precisamos, antes de mais nada, um dos valores fundamentais da democracia, qualquer que seja o país, qualquer que seja o lugar, é a transparência, ou seja, uma melhor informação, uma possibilidade de um maior controle social, etc. Isso é evidente. O que eu estou contestando é que o Estado deva ser necessariamente autoritário ou que ele seja necessariamente, vamos dizer, centralizador.

Mas, de fato, tem acontecido isso. Tem acontecido muito.

Há uma certa conjunção de fatos. Mas não se esqueça de que isso aconteceu precisamente dentro de um modelo cujo vigésimo aniversário foi celebrado há pouco.

É um dos modelos possíveis, mas não o único modelo possível de uma economia mista. Vamos aos problemas fundamentais. Eu, pessoalmente, acredito que o problema não está em definir se vamos para a economia de mercado ou para a estatização total; o problema é encontrar formas de coexistência, colaboração e boa proporção, ou seja, encontrar um modelo de economia mista. Dois: não creio que o Estado deva ser, necessariamente, centralizador, como não acredito na fórmula mágica da descentralização. No meu centro, na École des Hautes Études, em Paris, nós estamos precisamente tentando fazer desse problema da articulação dos espaços, ou seja, da articulação do central, do regional e do local o eixo da nossa reflexão. O problema é muito mais complexo. Para que possa haver o aproveitamento dos espaços de autonomia local, é preciso que haja uma política forte do centro; agora, uma política forte do centro que está dirigida à identificação e ao respaldo dos espaços de autonomia local e não à sua destruição através de uma política centralizadora. Portanto, eu digo: eu não imagino uma política de desenvolvimento

Os 14 milhões de brasileiros de 1890 serão 140 milhões em 1990, por alto; ou seja, a população terá decuplicado, a população urbana — não sei — multiplicada por 50, e o custo social e o custo ecológico disso é tremendo. Pode-se pensar se não haveria caminhos menos custosos para isso. Provavelmente é a maior transformação social que ocorreu na História da Humanidade.

sem um papel importante do Estado. Esse é um problema bastante fundamental: eu não acredito que a complexidade dos problemas do desenvolvimento possa ser deixada às soluções do mercado. O mercado não tem a capacidade de pensar a longo prazo; o mercado não tem a capacidade de incluir a dimensão social nem a ecológica.

Professor, gostaríamos de citar um fato para o sr. O sr. conhece bem o Brasil, talvez até mais do que nós. A região mais desenvolvida do Brasil é a região que menos dependeu da interferência estatal: é o Estado de São Paulo, cuja história econômica é uma história de ausência de interferência do Estado.

Primeiro, não é uma ausência absoluta de interferência do Estado. Segundo, veja lá: se a nossa discussão estivesse na sucursal de vocês, lá no Nordeste, a opinião que tem do que pagaram pelo desenvolvimento de São Paulo...

Mas o fato é que São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul são obras da iniciativa privada neste país.

Mas eu não estou discutindo... Enquanto o Nordeste — que se pretende como obra do governo Federal — não foi realizado até hoje.

O fato de que o governo Federal não fez obra boa no Nordeste não significa que não podia ter havido uma política do Estado. Segundo, vamos ao problema do Paraná, que me interessa particularmente. Não considera absurdo o fato de que o Paraná esteja perdendo população rural e que o Brasil — que já tem o problema do Nordeste, etc. — esteja tendo o grande fluxo de colonização do pessoal do Paraná e do Rio Grande do Sul?

“Olhemos para trás e tentemos encontrar formas de colaboração do setor público com a empresa privada”

Eles estão colonizando o Mato Grosso. E, mas estão colonizando o Mato Grosso porque foram expulsos do lugar onde fizeram uma boa obra.

Mas não estamos dizendo que a iniciativa privada tenha criado sistemas perfeitos nesses Estados. Estamos dizendo é que o Estado brasileiro não conseguiu criar nada melhor. Já nos encontramos a meio caminho para dizer que tudo que é considerado bem-sucedido, do ponto de vista da iniciativa privada...

Não é perfeito, é evidente. Não só não é perfeito, mas pode não ser considerado como positivo de um ponto de vista mais abrangente. Eu não estou dizendo que vamos fazer tudo pelas mãos do Estado. Eu estou dizendo: olhemos para trás, façamos uma análise e tentemos encontrar experimentalmente, passo a passo, formas de colaboração do setor público com a iniciativa privada. Eu não estou dizendo liquidar os espaços de autonomia local; eu estou dizendo, ao contrário, uma política central que viabilize os espaços de autonomia local. Agora, viabilize os espaços de autonomia local para quem? Aí entra ainda um problema. Vamos sacrificar tudo à iniciativa privada, no sentido empresarial, ou vamos colocar proteções do tipo social e que proteções de tipo social para que esse desenvolvimento tenha impactos sociais desejáveis. Esse exemplo do Paraná: não há dúvida de que a colonização do Norte do Paraná foi muito melhor sucedida do que as colonizações oficiais.

Do que a do Inca. Estamos de acordo sobre isso. Mas é uma terrível lástima. Depois de ter feito uma colonização bem-sucedida, por causa do problema do mercado da soja, etc., praticamente se destruiu essa obra social tendo de recomençar lá, em outro lugar. Em termos de recursos escassos de um país, etc., a gente tem a tendência de dizer: “Bem, já que lá a coisa esteve bem, talvez a soja pudesse, de saída, ser feita no cerrado”.

A introdução e o desenvolvimento da soja, no Brasil, corresponderam a interesses do Estado brasileiro, do governo brasileiro no sentido de gerar dólares, assim como o avanço da plantação de cana, no Brasil, corresponde a uma interferência do Estado no mercado brasileiro. A cana não existiria nessa escala.

Quando o sr. diz que não se deve sacrificar tudo à empresa privada, parece que no Brasil atual é exatamente o contrário. Quando um ministro diz que nós somos “três quartos socialista” e “um quarto apenas capitalista”, não está fazendo uma figura de retórica. De fato, a impressão que se tem é que a empresa estatal e o Estado, de um modo geral, se substituíram à iniciativa privada.

Mas pegue o exemplo da cana. O Estado não fez a cana-de-açúcar dentro de empresas públicas nem construiu usinas de álcool; deu, quase de presente, ao setor privado, usinas financiadas pelo Estado. Então falar disso como um Estado socialista eu tenho uma dificuldade enorme em aceitar.

O sr. tem razão. Mas aqui há uma distinção entre Estado e governo. O governo brasileiro — que é o principal contraior de dívida externa, neste país, o mais gigantesco, o

maior responsável pelo incremento da dívida externa —, ao se ver premido pelas circunstâncias criadas por essa dívida externa colocou a economia brasileira a funcionar em favor do seu próprio interesse de geração de divisas. Quer dizer, provavelmente a economia privada brasileira não teria tanta necessidade de geração de divisas quanto a economia governamental estatal.

Olha, eu acho que nisso há um problema lógico. O problema lógico é que a gente tem de ver qual é o último buraco em que a bola vai cair, e o último buraco em que cai todo esse dinheiro público está na economia privada. Toda a política do governo, todo o funcionamento do setor público brasileiro é um funcionamento que cria lucros enormes ao setor privado e, depois, o setor privado ainda acha ruim.

Mas o Estado se colocando cada vez mais como intermediário das transações privadas, ele amplia o seu poder político, esse é o lucro dele.

Isso é um outro problema. O Estado não busca lucro financeiro, o Estado busca lucro político.

Mas, quando se olha os efeitos econômicos do que aconteceu, percebe-se, por exemplo, que uma parte do endividamento — e não a menor — foi para as largesses do Estado com o setor privado. Ou seja, eu acho que, para quem olha, um pouco, de dentro e de fora, o modelo brasileiro é um modelo de uma intervenção pública na qual os grandes ganhadores foram setores da economia privada; não foi a economia social. Quer dizer, o Estado pode desempenhar funções diferentes. Comecei a minha carreira de pesquisador com uma tese que, aliás, foi publicada no Brasil, sobre o problema do funcionamento do setor público nas economias subdesenvolvidas. A isso aqui deram um título meio diferente. O livro foi publicado primeiro na Índia, porque fiz o doutorado na Índia. Acho que aqui se chamou “Capitalismo de Estado e Desenvolvimento”. Eu tentei argumentar que as mesmas instituições do Estado podem desempenhar funções totalmente diferentes segundo, vamos dizer, a política...

E a ambição cultural.

...que se imprime. Vamos dizer, tentei distinguir, para fins de análise, dois modelos de setor público. Chamei a um de japonês e ao outro de hindu. O japonês seria um modelo de setor público em que se tem como objetivo principal ajudar o desenvolvimento da economia privada. O modelo hindu, ao contrário, era um modelo em que o setor público tentava ocupar, dentro da economia, um espaço cada vez maior. É claro que o modelo dos últimos 20 anos, aqui, foi muito mais japonês que hindu.

O sr. acha? Não acho, estou certo. Então divergimos (risos).

Mas aqui é difícil divergir porque há fatos. Qual é o setor de produção onde o Estado tocou a economia privada, nos últimos 20 anos?

“No setor financeiro estamos vivendo, nesses anos de crise, os melhores momentos da história do setor.”

No Brasil?

É. A indústria automobilística é 100% privada; o álcool é 100% privado; agora, se fizeram com grandes transferências de recursos públicos.

Bem, eu poderia citar setores da atividade econômica onde a presença estatal inibiu o desenvolvimento da iniciativa privada: o setor siderúrgico, o setor financeiro...

Mas no setor financeiro estamos vivendo, nesses anos de crise, os melhores anos da história do setor.

Mas o maior banqueiro, no Brasil, é o governo.

Mas para onde vai esse dinheiro?

As instituições financeiras do governo são as mais lucrativas, no setor financeiro. Não, senhor (risos). Trabalharam, até há pouco tempo, com taxas de juros negativas; se colocam um Banco do Brasil, que dá subsídios...

Eu não sei, então, por que o público compra ações do Banco do Brasil (risos).

Não. As ações do Banco do Brasil são uma parte insignificante comparada com o que significa o volume de créditos que o Banco do Brasil tem.

Mas são as ações mais procuradas. Claro.

É um estabelecimento altamente lucrativo. Segundo a revista Fortune, no ano passado foi o banco mais lucrativo do mundo.

Talvez. Eu não li esse artigo, mas eu lhe concedo isso imediatamente. Mas se se olha o funcionamento do setor financeiro, primeiro, as ações do Banco do Brasil estão no mercado; não é o Estado que mantém essas ações na mão para pegar o lucro, mas está vendendo.

Não. Ele mantém a maioria.

Sim. Mas está vendendo. Se a gente olhar o volume de dinheiro público, no Brasil, que passou, nesses últimos 20 anos, para o setor privado em condições de taxas de juros negativas, então não foi o Estado que ganhou foi o setor privado que ga-

nhou com a transferência de recursos.

O que gostaríamos de frisar é o seguinte: quando eu compro uma mercadoria do sr., diretamente, nós estabelecemos entre nós uma relação mercantil e uma relação de poder, entre nós, que depende da nossa capacidade como cidadãos privados. Quando o governo compra essa mercadoria do sr. e depois vende essa mercadoria para mim governo adquire a capacidade política de determinar quais são as relações entre nós dois. Num país subdesenvolvido, como é o Brasil — que não é apenas subdesenvolvido economicamente, mas é subdesenvolvido culturalmente, politicamente e socialmente —, a capacidade de resistência do cidadão a esse poder político do Estado é muito menor do que na Europa e nos Estados Unidos. Grande parte do autoritarismo político do Estado brasileiro repousa no seu poder econômico; esta é que é a questão fundamental.

Mas esse poderio econômico foi utilizado para privilegiar grupos privados.

Para barganhar poder político com esses grupos.

Bem, estamos voltando ao problema da análise econômica.

Isso é verdade.

Recursos do setor público, neste país, fluíram para o setor privado. Então ele não tocou o setor privado.

Em compensação, poder político fluíu dos setores privados para o setor público.

Em compensação, o País viveu num regime autoritário; estamos de acordo. Mas conquanto a gente se dê conta de que, do ponto de vista econômico, esse poder autoritário favoreceu a setores e grupos privados e não tocou. Agora, o único ponto de diferença, entre nós, é que, na posição de vocês, vejo uma hipótese forte que considere que o Estado só pode fazer isso, que não pode haver outro Estado que não seja o autoritário.

“Todas as grandes opções deveriam, primeiro, ser estudadas por um órgão tão independente quanto possível.”

Nas condições brasileiras, é certo. O setor público real, que existe na prática, no Brasil, é um setor público autoritário.

Sim. Mas sobre isso acho que não há divergência. A divergência era sobre o fato se ele tocou ou não a iniciativa econômica privada. Ele foi discriminatório em suas atitudes, favoreceu a uns e não favoreceu a outros. Essa é a imagem desses 20 anos, pelo menos para quem olha de fora.

Nós iríamos um pouco mais longe. Quando o sr. fala, por exemplo, na alternativa do desenvolvimento endógeno, que se basearia na seletividade, quem tomaria as decisões? Aqui nós temos hoje a formação — senão já formada — de uma casta de tecnoburocratas que estão estabelecendo quais são as prioridades, e isso tem uma implicação.

É evidente que se tem de desburocratizar e politizar...

...os burocratas (risos).

Não. As decisões.

Um exemplo concreto, professor, — Este país está no início de uma indústria de informática. Imediatamente, meia dúzia de tecnocratas, que nem sequer são conhecidos pela opinião pública brasileira, estão definindo o que o Brasil deve querer, em matéria de informática, nos próximos 50 anos, numa coisa chamada Secretaria Especial de Informática, que nem foi criada pelo Congresso Nacional, é obra do Executivo.

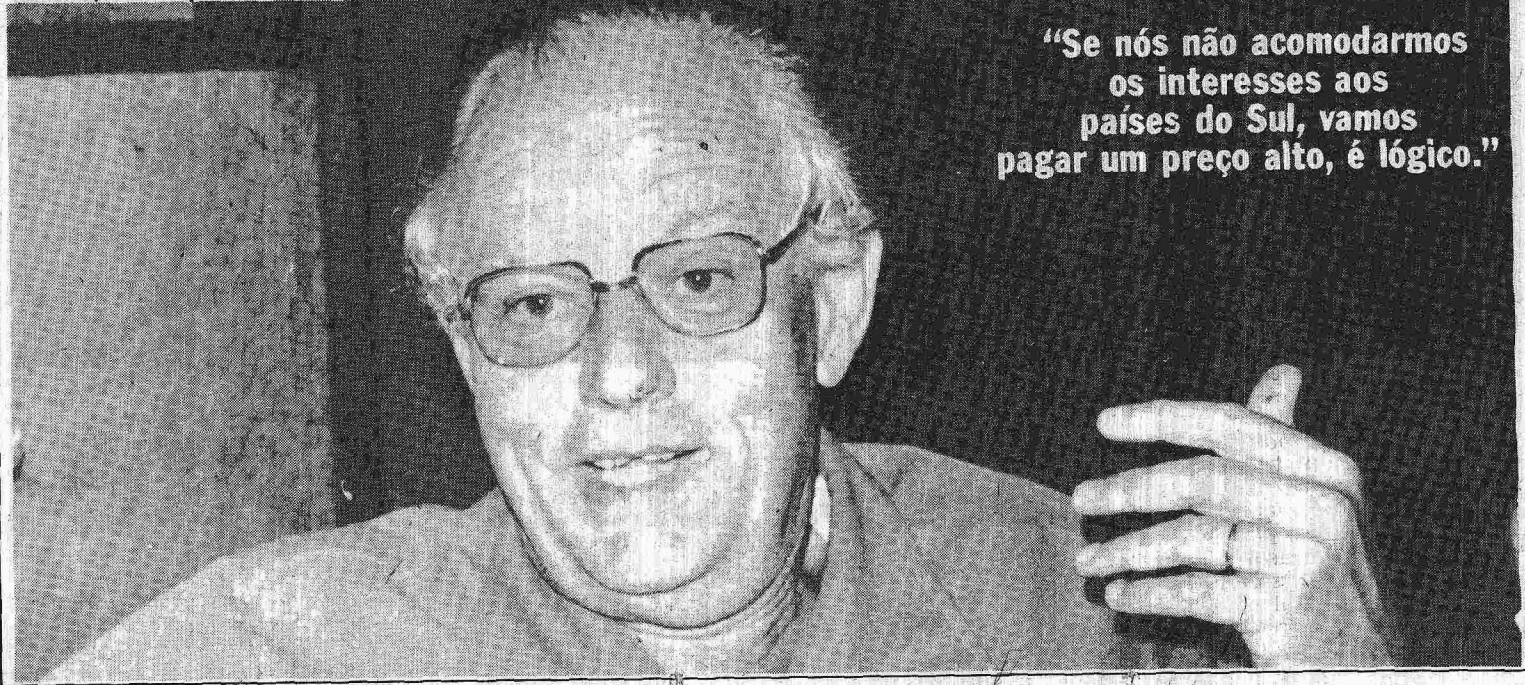
Eu acho que, se falamos de modelos teóricos, o papel do Legislativo é definir as grandes linhas da política nacional e as estratégias, tentando promover, ao redor das opções, um debate tão democrático quanto possível, tão profundo quanto possível e utilizando para isso os canais políticos e os de mídia. Eu acho que, na democracia moderna, a mídia tem um papel extremamente importante, tanto de controle como de instrumento do debate. Então eu diria que o Legislativo pode ser ajudado, nesse trabalho, por instituições especializadas, do tipo daquela, por exemplo, que nos Estados Unidos é o technological assessment junto ao Senado. Ou seja, um problema tão complexo como a informática deveria ser objeto de estudos de um grupo selecionado por uma instituição que, pelo fato de depender do Legislativo, guarda o máximo de independência intelectual.

É um assunto importante demais numa nação para ser deixado na mão de meia dúzia de técnicos de gabinete.

Todas as grandes opções deveriam ser, primeiro, estudadas por um órgão independente, tão independente quanto possível, ou seja, um órgão que dependa do Congresso Nacional e não do Executivo, depois, os resultados desses estudos deveriam ser, de um lado, submetidos a um debate público e, de outro lado, serem submetidos a uma comissão no Congresso. Só depois desse debate a gente tiraria as conclusões sobre as grandes diretrizes.

Mas então, professor, o sr. nos concede que a questão de quem detém as decisões no Interior do Estado, ou mesmo no governo,

“Se nós não acomodarmos os interesses aos países do Sul, vamos pagar um preço alto, é lógico.”



não é uma questão irrelevante, independentemente de qual seja o efeito do desenvolvimento econômico dos últimos 20 anos.

Escuta, não há nenhuma dúvida de que o problema do funcionamento do Estado, do relacionamento do Estado com a sociedade civil, do funcionamento das instituições políticas...

Passa pela questão política da democracia.

...é o problema central do debate que o Brasil está discutindo.

O sr. já mencionou, por exemplo, a política de quatro rodas, que foi adotada no Brasil, em lugar de uma política ferroviária...

Não. De uma política mais diversificada.

Essa indústria automobilística que temos no Brasil foi montada num governo democrático brasileiro, sem consulta à Nação, por um grupo executivo de trabalho, de maneira arbitrária, sem consulta à Nação; o que mostra que, mesmo num regime democrático, como era o do presidente Juscelino Kubitschek, se a Nação não tem, culturalmente, percepção do que está em jogo...

A vantagem que vocês têm sobre nós, na França, é que vocês pelo menos sabem como se deu a indústria automobilística, o lugar que ela tem. Nós não conseguimos, 30 anos depois, atrasar a decisão (risos).

Vocês não sabem como apareceu (risos). Mas eu não estou brincando. É um tema sério. Ninguém sabe como, em geral. A história mais curiosa é que as grandes decisões são raramente tomadas com base em análise consciente das opções. São tomadas numa sucessão de pequenas decisões que depois aparecem como a grande decisão. Olha, quando terminou a Guerra podia-se imaginar, na Europa Ocidental, uma série de opções. Por exemplo, toda ênfase na casa própria ou no automóvel. Ninguém discutiu isso assim. As coisas se fizeram...

Pragmaticamente.

...pragmaticamente. Então aí pelo menos estamos chegando a um acordo. Num modelo ideal de saída da crise, o problema institucional de relacionamento do Estado com a sociedade civil e o problema de um debate democrático, no Congresso e na rua, sobre as grandes opções, é crucial. Mas isso ainda não implica a rejeição de um papel importante do Estado na solução. Eu posso, depois deste debate, chegar à conclusão, por exemplo, de que o monopólio estatal do petróleo continua a me servir bem.

O sr. pode chegar à essa conclusão. Eu já abandonei essa conclusão. (risos).

Mas eu não estou falando de nós dois. O debate pode chegar à conclusão. Se a gente olhar, por exemplo, a performance da Petrobrás, neste país, e a falta de resultados nos contratos de risco...

A Petrobrás, nas suas próprias prospecções, é que tem a sorte de encontrar petróleo. Pelo menos uma coisa pode ser subentendida: que a Petrobrás está sinceramente interessada em encontrar esse petróleo.

Agora. E está obtendo resultados. O que prova que se ela tivesse feito o mesmo esforço em 25 anos...

Por que os contratos de risco não estão dando resultado?

Talvez as companhias não tenham mesmo interesse em investir no Brasil...

Mas, teoricamente, sobre a Petrobrás, um Estado democrático, brasileiro tem toda a possibilidade de exercer o seu controle. Sobre a estratégia de uma multinacional de petróleo, o Estado não tem nenhuma possibilidade de exercer controle.

É verdade.

Portanto, dentro de uma área tão crucial como a do petróleo, eu posso chegar à conclusão de que, ainda que me custe mais caro a curto prazo, o grau de segurança que eu adquiro com isso é maior: como eu posso chegar à conclusão de que a auto-suficiência alimentar de um país como o Brasil é a prioridade número um, ainda que eu tenha de pagar um pouco mais caro, no começo, pelo alimento. O que eu estou dizendo é que, numa política de desenvolvimento, a longo prazo, eu posso ter critérios e objetivos que não correspondem ao critério, vamos dizer, do mínimo custo, a curto prazo, do mercado. Isso imediatamente abre a porta para uma série de escapatórias. É muito difícil encontrar o meio-termo entre o razoável e o abuso. Você estava falando da informática. Bem, sem uma reserva de mercado não vai ter uma indústria informática brasileira.

Mas nós todos gostaríamos de debater se isso é verdade.

Bem, em que momento a reserva de mercado vai-se tornar um obstáculo ao progresso técnico? Eu não sei. Essa é a opção que todas as indústrias novas têm.

Por isso é que precisamos discutir.

— Bem, aí, acho que não há dúvida. A complexidade dos problemas tecnológicos modernos leva a pensar em formas novas de decisão. Essas formas novas primeiro requerem, para as grandes opções e grandes problemas, avaliações complexas que saem do custo/benefício usado num projeto correto, no mercado. Não é por custo/benefício que eu vou decidir uma estratégia de informática por 50 anos, ou que vou decidir o problema de privilegiar o cerrado com relação à Amazônia, ou vou decidir um grande esforço nacional em prol dos recursos biológicos do mar. Essas decisões são decisões pesadas e, pelo fato de serem decisões pesadas, requerem, como primeiro passo, uma avaliação complexa das opções com o melhor do que existe na pesquisa mundial. Isso é o technological assessment, que nasceu da insatisfação com os métodos tradicionais de decisão. Não se pode fazer um technology assessment para tudo, mas certamente se deve fazer para um, dois ou três problemas magnos por ano, não sei. Para isso tem de se ter um órgão que tenha a máxima independência intelectual, do mesmo tipo de independência que tem o juiz, ou seja, o Judiciário, para que as pessoas que façam esse trabalho o façam no melhor de sua consciência profissional. Mas, como são problemas discutíveis, por melhores que sejam e por mais honestas que sejam as decisões a que eles chegarão, isso só pode ser, no melhor dos casos, o insumo para um debate político. Esse debate político tem de ir por dois canais: um canal, eu diria, é na praça pública e o outro canal é no Congresso. Bem, por esse caminho poderíamos chegar a definir opções de desenvolvimento menos discutíveis que as que existem hoje.

Que poderiam não ser corretas, mas seriam mais representativas.

Isto.

Nós estamos vivendo nesse aspecto um momento importantíssimo na vida brasileira. O debate central nesse processo é justamente a respeito do papel do Estado.

Do papel do Estado e da sociedade civil, da articulação do espaço federal com o estadual e com o local, do grau de planejamento necessário ao bom funcionamento de uma economia mista, do relacionamento do Brasil com o resto do mundo e em particular do papel que o Brasil poderia desempenhar no concerto das nações do Sul. Tivemos uma longa conversa, nem tocamos nisso. Eu acho que aí está um dos elementos centrais do momento atual.

Que papel o Brasil poderia ter nesse relacionamento Norte-Sul?

A força com que o Brasil falará vai depender de dois fatores: o grau de representatividade do seu governo; e o grau de articulação que possa haver entre as posições de um país que indiscutivelmente lidera a América Latina e as de outros países do Terceiro Mundo, como por exemplo a Índia.